

AS TRANSFORMAÇÕES DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA
E A QUESTÃO SOCIAL

*THE TRANSFORMATIONS OF CONTEMPORARY SOCIETY
AND THE SOCIAL MATTER*

María Angélica F. S. GUERCIO¹

RESUMO: Pretende este trabalho abordar as transformações da sociedade contemporânea enfocando o processo de globalização e suas reflexões no mundo do trabalho; a partir da análise do sistema capitalista vigente, entender a política e a economia no contexto neoliberal; identificar a questão social, seus desdobramentos diante das relações de proteção e das políticas públicas e a exclusão e inclusão sociais.

Este estudo possibilitará reflexões daqueles trabalhadores sociais que, em suas ações, buscam alcançar a totalidade da população abalada nesse processo, apesar de reconhecerem que as políticas sociais são substancialmente alteradas em suas orientações e em sua funcionalidade.

UNITERMOS: Capitalismo; globalização; mundo do trabalho; política social; exclusão social.

ABSTRACT: This work intends to approach the transformations of contemporary society focusing on the globalization process and its reflections in the work world. Starting from the analysis of the present capitalist system, it wants to understand politics and economy in the neoliberal context, and to identify the social matter, its unfolding in the face of the relations of protection and public policies and the social exclusion and inclusion. This study will make possible reflections from those social workers who in their acts try to reach the totality of people affected in this

¹ Assistente Social, Mestranda em Serviço Social pela UNESP, Câmpus de Franca (SP).

process, even though they recognize that the context of social policies is substantially changed in its directions and in its functions.

UNITERMS: Capitalism; globalization; work world; social policy; social exclusion.

INTRODUÇÃO

Desde o século XIV existiam intervenções públicas que iam da assistência aos indigentes até a repressão à ociosidade. Havia ainda a regulação estatal da organização do trabalho e da mobilidade espacial dos trabalhadores. Isto ocorria porque as questões chamadas sociais já existiam nas sociedades pré-industriais e eram uma ameaça à ordem instituída. Os grupos que não eram acolhidos na organização do trabalho exerciam pressões “causando inquietação quanto à coesão da sociedade e a iminência de uma ruptura abalava o conjunto já coeso” (3, p.41).

Já na fase industrial, são novos atores e conflitos que colocam em perigo a ordem constituída. A questão social passa a ter uma nova posição diante do sistema econômico e da organização política. É necessária uma nova forma de regulação social baseada no direito do cidadão e no dever do Estado. Essas bases, até então, não fundamentavam a relação homem/Estado. Essa seria a característica do conteúdo e da forma das políticas sociais a partir do final do século XIX.

No século XIX, a organização da classe trabalhadora em sindicatos e em partidos políticos muito contribuiu para a elaboração de uma legislação de proteção social diante dos princípios do liberalismo que se impunha pelo capitalismo industrial.

A questão social ocorre desde sempre diante das forças e do confronto de interesses opostos, correspondendo a cada um deles políticas sociais próprias. Por isso, a política social, numa análise marxista, é chamada de fenômeno contraditório pois ela se processa num momento, respondendo positivamente aos interesses dos trabalhadores, atendendo suas reivindicações e, ao mesmo tempo, preserva o poder produtivo da mão-de-obra, que interessa aos detentores do capital.

A partir da Segunda Guerra Mundial, o esquema unificado de proteção social implantado na Inglaterra por William Beveridge, que contemplava os desempregados, os inválidos, as crianças e os idosos, previa a aposentadoria e acatava demandas no campo da saúde e da educação, avançou nas conquistas sociais e serviu de base para a formulação do Estado de Bem-Estar Social e de suas políticas, nos países de capitalismo avançado.

De 1945 a 1975, em plena vigência do Estado de Bem-Estar Social, três foram as suas bases e de suas políticas sociais: o pleno emprego, a universalização dos serviços sociais e a assistência social como rede de proteção aos segmentos mais vulneráveis da população.

Nos países periféricos não se chegou ao Estado de Bem-Estar Social. Algumas ações nessa direção foram conquistadas através da luta dos trabalhadores mais organizados, como se viu no Brasil.

A partir dos anos 70 surge uma nova questão social, ou seja "o crescimento do desemprego e de novas formas de pobreza acrescido do desmonte da cidadania social, considerada uma grande conquista democrática. Abalou-se também a possibilidade de construção de uma sociedade livre de incertezas e desamparos sociais" (11, p.56).

São os direitos sociais que se encontram em questão. A perda de garantias contra a exclusão social destrói vínculos interpessoais e com a estrutura da sociedade que os integrava. Como devem ser hoje as relações de proteção e as políticas públicas voltadas àqueles que não são mais considerados socialmente úteis, mas estão problematizando a vida social e exigindo atenção?

Na nova ordem capitalista, a flexibilização das relações de trabalho, a focalização e as políticas sociais seletivas e a perda dos mínimos sociais garantidos pelo Estado estão levando ao desmonte das políticas nacionais de garantias sociais básicas através de cortes nos programas sociais, diminuição dos benefícios da seguridade social, criminalização da pobreza e da volta de velhas fórmulas de ajuda social: filantropia pessoal e empresari-

al, ações voluntárias, ajuda mútua, mutirões, solidariedade familiar, de amigos e de vizinhanças. É a desobrigação do Estado de fazer a provisão social e dar garantia dos direitos de cidadania social. É o descomprometimento das instituições-chave da sociedade – o Estado nacional, a lei e o direito – com o bem-estar do cidadão.

Diante dos fatos, há que se ter um “preparo intelectual e político para lutar pela prevalência dos valores de uma sociedade livre e igualitária voltando ao projeto secular de sociedade que tinha na liberdade igualitária a sua referência mestra” (11, p.57).

Capitalismo x Globalização

As políticas estatais de regulação, baseadas nas teorias keynesianas (estruturalistas), foram, a partir dos anos 70, com a expansão do capitalismo para além da sua jurisdição estatal, alteradas pela dinâmica da acumulação ou do desenvolvimento desse mesmo capitalismo.

Outros fenômenos também contribuíram para acelerar esse período de mudanças: a incapacidade dos Estados de controlarem o movimento dos capitais para além de suas jurisdições; a redução das atividades econômicas que provocou desempregos e redução nas receitas desses Estados, que continuavam com altos gastos, ampliando o déficit fiscal e público.

Outro relevante fenômeno contemporâneo foi a introdução das inovações tecnológicas nas áreas de informática, microeletrônica, novos materiais, telecomunicações e outros, caracterizando a chamada terceira revolução industrial, que reestruturou o padrão vigente de produção provocando demissões em massa de trabalhadores e/ou substituição por máquinas. Nesse processo, grandes unidades produtivas foram substituídas por pequenas, descentralizadas e distribuídas pelo mundo, ultrapassando limites geográficos até então mantidos.

Além disso, os efeitos da recessão dos anos 70, provocada pela reestruturação produtiva acima citada e o desemprego crescente, levou a classe trabalhadora a perder sua identidade e a enfraqueceu política e socialmente. Desfez-se o Estado de bem-estar-social conquistado pelos movimentos das classes traba-

lhadoras e introduziu-se o Estado mínimo. Juntamente com esses fenômenos, a desapareição da URSS e a perda do medo do comunismo fizeram o sistema capitalista fortalecer-se.

Hoje, na medida em que esses capitais circulam pelo mundo sem qualquer possibilidade de os Estados-Nação poderem fazer controles, nem mesmo em países de economias fortalecidas e dominadoras como os EUA, os países dependentes como o Brasil são submetidos aos interesses, cada vez maiores, dessa nova dinâmica econômica transnacionalizada.

Dentro do capitalismo atual esse fenômeno é chamado de globalização.

Portanto, para que esse capitalismo mundial possa ser desenvolvido, essas empresas multinacionais e os seus capitais fazem exigências de ajustes políticos e institucionais aos Estados nacionais onde eles se alocam, para obter garantias da acumulação de capitais necessários para o engendramento desse sistema capitalista, hoje globalizado.

Para que esse sistema se reproduza, alguns pontos são considerados essenciais: não deve haver controles estatais para a entrada e saída desses capitais pelos países onde eles foram aceitos; não deve haver barreiras para o comércio de produtos entre os países; as empresas públicas devem ser privatizadas e transnacionalizadas; as marcas e patentes tecnológicas mundiais devem ter reconhecimento jurídico; os gastos sociais públicos devem ser reduzidos e muitos dos serviços públicos devem ser explorados pela iniciativa privada; as regras das relações de trabalho devem sair da esfera pública e ficar a cargo das chamadas leis do mercado.

Essas regras nos demonstram que a dinâmica da globalização capitalista transfere "as responsabilidades e as decisões do Estado (portanto, da ação política) para o mercado; da esfera pública (portanto, do bem comum dos cidadãos) para a iniciativa privada; da soberania da nação para a ordem social capitalista dominante no cenário mundial" (1,p.41).

A esse conjunto de normas foi dado o nome de neoliberalismo. Ele "é uma ideologia capitalista que defende o ajuste dos Estados nacionais às exigências do capital transnacionalizado, por-

tanto contrária aos pactos que subordinam o capital a qualquer forma de soberania popular ou instituições de interesse público" (1, p.41).

No Brasil, desde o início dos anos 90 e a partir do governo Collor, continuado no governo atual de Fernando Henrique Cardoso, têm-se apresentado propostas de reformas ou ajustes (fiscais, previdenciários, políticos, tributários) todos de perfil neoliberal, ou seja, integrando passiva e subalternamente a economia brasileira aos capitais transnacionalizados, cumprindo as exigências dos organismos internacionais que colocaram recursos financeiros à disposição do Brasil, em especial para o pagamento de dívidas contraídas internacionalmente. São essas determinações que o Brasil cumpre integralmente, na medida em que nos colocamos como um país subalterno e dependente desses capitais internacionalizados. O Brasil é um dos países que tem uma alta dívida com credores externos, ou seja, com bancos e governos estrangeiros, e tem sido pressionado a apresentar formas de produzir dinheiro para pagá-la, em detrimento do bem-estar de seus cidadãos. São os próprios credores do Brasil que avaliam os resultados obtidos com as reformas e ajustes realizados pelo Estado brasileiro.

A possibilidade de construção de movimentos contrários a essa nova ordem mundial está enfraquecida na medida em que os trabalhadores estão submetidos a ela e sofrem perdas.

Um novo cenário nas relações de trabalho e nas políticas sociais

Em análises históricas recentes, cientista sociais demonstraram que as políticas desenvolvimentistas desintegraram, empobreceram e desenraizaram comunidades inteiras, dissolvendo identidades coletivas, solidariedades sociais e práticas tradicionais.

Os ajustes estruturais exigidos dentro da ótica da globalização, como receita para adentrarmos no processo, agravaram ainda mais a condição de exclusão dos milhões que já se encontravam excluídos, visto que, dentro do atual quadro, estamos diante de um novo paradigma: "... aquilo que antes era nossa grande van-

tagem (mão-de-obra barata e que atraía capitais externos) passa a ser um empecilho: agora necessita-se de mão-de-obra qualificada” (7, p.14).

Surgiu, então, um novo padrão gerando novas formas de exclusão e de desigualdades sociais. O desenho das mudanças mostra não só uma sociedade injusta, como também crescentemente concentradora de uma pequena minoria que detém o poder econômico e político. Mas é preciso pensar que mudar a sociedade é trabalhar em muitas frentes, através de articulações, envolvendo os mais variados interesses dos desiguais na economia e nas relações sociais.

Não devemos aceitar mais níveis crescentes de desigualdades e pobreza e o caminho inicial é não considerar o pobre como um sujeito passivo, como também não aceitar as políticas sociais compensatórias.

Com o avanço da tecnologia, a informática vem ocupar papel pré-programado de atividades que antes eram ocupadas por pessoas, cujos cargos estão sendo extintos: cargos gerenciais, de inspeção, de engenharia industrial ou mesmo administrativos.

Também ocorre, nesse contexto, uma significativa alteração nas relações de trabalho. Se, no capitalismo desenvolvido, a base contratual era a relação de assalariamento, agora o vínculo tende a ser de subcontratação. Isso significa redução de pessoal com vínculo empregatício, visando contenção de despesas. A tendência é a contratação de pessoal através da prestação de serviços (terceirizada), seja de pessoa física (geralmente a mesma que já foi funcionária) ou mesmo de pessoa jurídica e até a compra da produção de outras empresas. Neste caso, a matriz não compra a força de trabalho e sim os produtos do trabalho, as mercadorias produzidas por empresas subcontratadas. Dessa forma, a empresa matriz evita altos investimentos, diminuindo custos e ainda buscando quantidade e qualidade no mercado de acordo com sua realidade e necessidade.

Assim, podemos perceber novas características que apresentam as relações de trabalho, a nova proposta de organização da produção e comercialização. Essa proposta neoliberal supõe a

subcontratação e organização da produção no sentido de adequar-se às vantagens da competitividade.

Segundo Montañó (9, p.112), "minimizar o Estado significa, então, para as teses neoliberais, primeiramente o ataque frontal aos fundamentos democráticos das decisões nacionais, a partir da intervenção não democrática de organismos não nacionais nas questões de um país".

É a chamada desresponsabilidade do Estado.

No capitalismo monopolista, o Estado assume parte das responsabilidades devidas aos capitalistas; com a globalização, há a minimização estatal, a privatização das empresas públicas, a não-intervenção do Estado nos aspectos econômicos, a redução dos gastos públicos especialmente nas áreas sociais, o que significa grandes transformações nas orientações das políticas sociais.

As políticas sociais vêm-se reduzidas na sua amplitude e abrangência, pois não alcançam a totalidade da população em razão da elevação da demanda, diante do desemprego ampliado. Ainda segundo Montañó (9, p.114) "... as políticas sociais, no atual contexto neoliberal, global e produtivo, são substantivamente alteradas em suas orientações e em sua funcionalidade".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de regulação neoliberal, que avançou a partir da segunda metade da década de 70, fez com que o conceito de exclusão social fosse reforçado, ou seja, ele passou a fazer parte das explicações dadas aos fenômenos de natureza social que se ampliaram grandemente nessa fase da história mundial, especialmente das nações periféricas.

É a exclusão social que rompe com a universalidade de direitos conquistada a partir da Segunda Guerra Mundial com o advento do Estado de Bem-Estar Social ou Welfare State.

Segundo Sposati, a exclusão social não é um fenômeno solitário, mas composto por múltiplos elementos (13, p. 67).

Ela é chamada de exclusão social porque impede a convivên-

cia entre as pessoas ou grupos. Obriga à privação, promove o abandono, a expulsão muitas vezes com violência (vide as situações dos sem-teto, dos sem-terra), atingindo um conjunto significativo da população, pois não são poucas as pessoas vivendo em estado de exclusão social.

Há, ainda, a rejeição e a discriminação que fazem parte do convívio social, aliadas às causas estruturais (como as econômicas e culturais).

Por ser um processo, a exclusão social apresenta graus diferenciados, pois além do desemprego, subemprego, flexibilização dos contratos de trabalho, ou seja, a perda da relação formal de trabalho, outras perdas acontecem, as afetivas, as materiais (saúde, habitação, educação, lazer), atingindo fortemente o convívio grupal e pessoal.

Se considerarmos que a globalização ou mundialização de mercados e de capitais financeiros é fenômeno da modernidade e contribui de forma significativa no processo de exclusão social, este se inicia, para a maioria das pessoas e dos grupos sociais, com a perda da possibilidade de manter-se no trabalho.

Portanto, foi o sistema neoliberal econômico e político, acrescido do desenvolvimento tecnológico, que atingiu fortemente o mundo do trabalho, alterando sua estrutura. Será na manutenção do modo de produção capitalista que encontraremos a incompatibilidade entre o pleno emprego e o processo de acumulação que o caracteriza.

Com relação à inclusão social, é também um fenômeno que se dá de forma perversa. Seu processo social determina uma condição indigna e desqualificada de vida humana (13, p.71).

Quando os profissionais do Serviço Social se colocarem diante dessa análise, irão entender que os excluídos não são apenas os homens e crianças de rua, os mendigos que sobrevivem no limite mínimo das condições humanas, mas que a nossa sociedade não está fundada em direitos humanos e sociais. Será preciso ampliar a concepção de exclusão social para que essa mesma sociedade altere seu padrão ético e de garantias sociais, buscando construir uma sociedade mais digna e solidária. Além disso, faz-se necessário introduzir um padrão de equidade que com-

plete os direitos de cidadania perdidos nesse processo de exclusão/inclusão sociais, incluindo-se nele o direito à diferença que deixa de lado o padrão homogêneo até então adotado, para introduzir um padrão equânime e ético.

Daí a importância do projeto ético-político do Serviço Social. Segundo Neto (10, p.95-99), "os projetos profissionais são estruturas dinâmicas que devem responder às alterações no sistema de necessidades sociais sobre o qual a profissão opera e às transformações econômicas, históricas e culturais. Eles têm dimensões políticas e se efetivam histórico-concretamente com a quebra do conservadorismo teórico e metodológico".

BIBLIOGRAFIA

1. Abreu, H. B. As novas configurações do Estado e da Sociedade Civil. In: Capacitação em serviço social e política social: Módulo 1: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília, DF: CEAD, 1999.
2. Antunes, R. Adeus ao Trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 4.ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.
3. Castell, R. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.
4. Yamamoto, M. V. O Serviço Social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas. Revista Debate, n.6. Fortaleza: CRESS-CE, 1997.
5. Ianni, O. Teorias da Globalização. 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
6. Ianni, O. A Sociedade Global. 6.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
7. Lisboa, A. M. A economia popular como horizonte para sociedades sem rumo. Tempo e Presença, n°. 288, p.14-7, jul./ago. 1996.
8. Martins, J. S. Exclusão Social e a Nova Desigualdade. São Paulo: Paulus, 1997.
9. Montão, C. E. O serviço social frente ao neoliberalismo: mudanças na sua base de sustentação funcional – ocupacional. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 53, 1997.
10. Neto, J. P. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: Capacitação em serviço social e

- política social: Módulo 1: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília, DF: CEAD, 1999.
11. Pereira, P. A. P. A metamorfose da questão social e a reestruturação das políticas sociais. In: Capacitação em serviço social e política social: Módulo 1: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília, DF: CEAD, 1999.
 12. Simionato, I. As expressões ideoculturais da crise capitalista da atualidade. In: Capacitação em serviço social e política social: Módulo 1: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília, DF: CEAD, 1999.
 13. Sposati, A. Globalização da economia e processos de exclusão social. In: Capacitação em serviço social e política social: Módulo 1: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília, DF: CEAD, 1999.

